



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição **16 matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, terça-feira, 11 de dezembro de 2012

A CRITICA UEA vai receber recursos de R\$ 900 mil do Governo Federal VEICULAÇÃO LOCAL	1
A CRITICA CAS prorroga redução de taxa de serviços para empresas do polo de duas rodas em Manaus..... VEICULAÇÃO LOCAL	2
DIÁRIO DO AMAZONAS Suframa amplia redução da Taxa de Serviços para Duas Rodas VEICULAÇÃO LOCAL	3
O ESTADO DE SÃO PAULO The Economist' errou de novo VEICULAÇÃO NACIONAL	4
O ESTADO DE SÃO PAULO Dilma sanciona com vetos lei da nota fiscal..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
O ESTADO DE SÃO PAULO Pacote pode provocar apagão nos portos, alerta executivo VEICULAÇÃO NACIONAL	7
VALOR ECONÔMICO Itamaraty faz mudanças em postos-chave VEICULAÇÃO NACIONAL	8
VALOR ECONÔMICO MP dos portos estimula setor privado, mas abre polêmica..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
VALOR ECONÔMICO PMDB dá apoio total a Dilma contra a pressão dos Estados VEICULAÇÃO NACIONAL	11
VALOR ECONÔMICO MP dos portos estimula setor privado, mas abre polêmica..... VEICULAÇÃO NACIONAL	12
O GLOBO Notas fiscais terão de exibir valor de impostos VEICULAÇÃO NACIONAL	14
G-1 Dilma cumpre extensa agenda no primeiro dia oficial de visita à França VEICULAÇÃO NACIONAL	16
G-1 CAS aprova 42 projetos que podem gerar 690 novos empregos, no AM VEICULAÇÃO NACIONAL	18
BRASIL ECONÔMICO-SP Apesar do PIB fraco, investimento estrangeiro mantém ritmo forte VEICULAÇÃO NACIONAL	19
BRASIL ECONÔMICO-SP Senado debate hoje veto à lei dos royalties..... VEICULAÇÃO NACIONAL	20
BRASIL ECONÔMICO-SP Após consenso, estados e Fazenda discutem ICMS VEICULAÇÃO NACIONAL	21

	VEÍCULO A CRÍTICA	EDITORIA	
	TÍTULO UEA vai receber recursos de R\$ 900 mil do <u>Governo Federal</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL	

Recursos serão liberados pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Do total de recursos, o Mdic autorizou o investimento de mais de R\$ 660.239,00 para a implantação de unidades beneficiadoras de pescado nos municípios de Itacoatiara, Maués e Tefé

Manaus, 11 de Dezembro de 2012

ACRITICA.COM*

Já para a aquisição de equipamentos pela Universidade do Estado do Amazonas, o Governo Federal autorizou o investimento de R\$ 239.761 (Arquivo A Crítica)

A Universidade do Estado do Amazonas (UEA) vai receber cerca de R\$ 900 mil do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic) para fomentar o setor pesqueiro no estado e equipar o curso de agrimensura da instituição. Os recursos são oriundos de emendas parlamentares do senador Eduardo Braga (PMDB/AM) ao orçamento de 2012 e são vinculados ao orçamento da Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa).

Do total de recursos, o Ministério autorizou o investimento de mais de R\$ 660.239,00 para a implantação de unidades beneficiadoras de pescado nos municípios de Itacoatiara, Maués e Tefé.

De acordo com a justificativa apresentada por Braga na emenda, os recursos são para adequação de estrutura física, a ser implantada na área urbana dos três municípios, aquisição de equipamentos, como balanças, câmaras frigoríficas, refinadores de pescados, fogões industriais, entre outros; e capacitação dos envolvidos na cadeia produtiva do pescado.


Os três municípios foram escolhidos para receber o investimento por terem forte tradição na pesca e vocação comprovada para a atividade, além de serem os municípios onde está instalado o curso de Tecnologia em Produção Pesqueira, da UEA.

“A implantação dessas unidades, com toda a certeza, vai movimentar a economia desses municípios, uma vez que a pesca é uma das atividades mais intensas em nossa região. Com as unidades beneficiadoras, poderemos evitar desperdícios e agregar valor aos produtos por meio da industrialização”, explicou Eduardo Braga.

Mapeando a Amazônia

Já para a aquisição de equipamentos pela Universidade do Estado do Amazonas, o Governo Federal autorizou o investimento de R\$ 239.761. Segundo a justificativa do projeto apresentado pelo senador, a aquisição dos materiais vai melhorar as instalações do curso superior de Tecnologia em Agrimensura, da UEA, e possibilitar integração das informações geradas no estado aos desenvolvidos no restante do país, interligados à Rede Brasileira de Monitoramento Contínuo, controlada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Na proposta apresentada ao Ministério, Braga lembrou que a Amazônia é uma das áreas com menor cobertura de informações geodésicas monitoradas pelo IBGE, o que torna a região uma das que possui a menor precisão geoespacial do país. Os recursos são para equipar a Escola Superior de Tecnologia, em Manaus, e os Centros de Estudos Superiores de Itacoatiara e Humaitá.

	VEÍCULO A CRITICA	EDITORIA	
	TÍTULO CAS prorroga redução de taxa de serviços para empresas do polo de duas rodas em <u>Manaus</u>		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

A redução da Taxa de Serviços Administrativos (TAS) foi prorrogada para julho de 2013 como forma de auxiliar empresas da cadeia produtiva do polo de duas rodas que está em fase de recuperação

Manaus, 11 de Dezembro de 2012

CINTHIA GUIMARÃES

Na última reunião do ano do Conselho de Administração da Superintendência da Zona Franca de Manaus (CAS), realizada nesta segunda-feira (10), o Superintendente da autarquia, Thomaz Nogueira, avaliou 2012 como um ano economicamente bom, em que o modelo Zona Franca conseguiu superar a maioria dos índices de 2011, com exceção da crise de produção do setor de duas rodas e da alta do dólar que levaram para baixo alguns números.

A preocupação é tamanha, uma vez que a cadeia de duas rodas é responsável por 20% de participação no faturamento do Polo Industrial de Manaus (PIM), empregando 19 mil trabalhadores.

Para auxiliar o setor, impactado pela restrição de crédito ao consumidor que reduziu drasticamente a produção e as vendas no varejo, ontem os conselheiros autorizaram a extensão para junho de 2013 da redução da Taxa de Serviços Administrativos (TSA) para as empresas da cadeia de duas rodas (fabricantes de motocicletas, bicicletas, motonetas, quadriciclos, etc) que venceria este mês. Esta fonte de receita é paga por todos os segmentos aqui instalados, tendo gerado para a Suframa, em 2012, R\$ 200 milhões.

“Utilizamos parte no seu custeio e outra em investimento e desenvolvimento regional. Esses são a destinação da TSA. Não podemos falar em renúncia no caso do setor de duas rodas, porque estamos na verdade deixando de perder atividade econômica”, ressaltou, Thomaz.

Sobre a recuperação deste segmento, Thomaz está otimista. “Já estamos retomando, muito lentamente, creio que vamos ganhar velocidade e competitividade. Além do que a Suframa e as próprias empresas estão trabalhando na abertura de novos mercados, como o mercado sul-americano que consome 2 milhões de motos”.

	VEÍCULO DIÁRIO DO AMAZONAS	EDITORIA
	TÍTULO Suframa amplia redução da Taxa de Serviços para Duas Rodas	
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO LOCAL

Fabricantes e componentistas serão contemplados com a medida

Manaus - Sem estimar o valor da renúncia, a **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** prorrogou a redução de 50% da Taxa de Serviços Administrativos (TSA) para as 14 fabricantes de motocicletas do Polo Industrial de **Manaus (PIM)** e estendeu o benefício às 70 componentistas do setor.

A resolução entrará em vigor a partir de 1º de janeiro e valerá até 30 de junho de 2013. A medida foi anunciada, ontem, na 260ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração da **Suframa** (CAS).

“O motivo é que a recuperação do setor não está num patamar que a gente deseja, por isso faz sentido manter essa iniciativa, tenho certeza que no ano que vem o setor se recupera (...) estamos retomando lentamente”, disse o **Superintendente** da **Suframa**, Thomaz Nogueira, acrescentando que a medida não representa propriamente uma renúncia, mas “um esforço para que haja crescimento no Polo de Duas Rodas”.

Para o presidente do Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de **Manaus** (Sinmen), Athaydes Mariano Félix, a medida não é suficiente. “A redução de encargos financeiros é necessária, mas isoladamente não resolve o problema, é preciso uma solução para o financiamento, fala, fala... e na prática nada se concretiza”.

Os resultados da redução da alíquota dos depósitos compulsórios para o financiamento no varejo de motos devem ser sentidos no primeiro trimestre de 2013, segundo o secretário executivo do **Ministério do Desenvolvimento do Comércio Exterior (Mdic)**, Alessandro Teixeira. “Esse plano vai surtir efeito no primeiro trimestre do ano que vem, já que foi colocado quase no final do ano”, disse. A medida foi divulgada na primeira quinzena de setembro.

A primeira etapa da redução da TSA começou a vigorar no dia 1º setembro e encerraria no final de 2012. Nesse período, o valor da renúncia estimada era de R\$ 13 milhões. Dessa vez, a autarquia não divulgou uma previsão.

“Ainda é cedo para estimativas, ainda mais pelo momento que atravessa a **produção** de motos no **PIM**”.

Samsung tem ampliação aprovada

Com investimento total de US\$ 827,5 milhões foram aprovados 42 projetos, sendo 15 de implantação e 27 de ampliação, atualização e diversificação. O principal destaque foi a ampliação da **produção** de tablets pela Samsung, no valor de R\$ 269,7 milhões.

O montante equivale a 32,5% do investimento total da pauta. Em termos de mão de obra, a ampliação da linha de **produção** da sul-coreana na unidade de **Manaus**, irá gerar 312 dos 728 empregos da pauta aprovada, na última reunião do CAS deste ano.

Segundo o balanço apresentado pelo **Superintendente** da **Suframa**, nas últimas seis reuniões realizadas em 2012, foram aprovados 269 projetos com geração de 15.338 empregos e investimentos fixos de US\$ 2,2 bilhões e total de US\$ 6,3 bilhões.

Em termos de indicadores macroeconômicos, o **PIM** acumula faturamento de US\$ 31,1 bilhões e 123.570 mil empregos, até outubro deste ano.

O faturamento é 9,32% inferior em comparação a igual mês do ano passado, que chegou a US\$ 34,3 bilhões. Segundo a justificativa da **Suframa**, “o número é positivo se levar em conta que a moeda americana se valorizou 14,5% no período”. No acumulado de 2011, o faturamento da **Zona Franca de Manaus** foi de US\$ 41,2 bilhões.

De um ano para outro, o **PIM** registrou uma redução de 2.865 mil empregos. Segundos os últimos indicadores divulgados pela **Suframa**, o total da mão de obra atuante no **PIM** em outubro do ano passado era de 126.435 mil.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO The Economist' errou de novo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Opinião

Antonio Corrêa de Lacerda

O desencanto gerado pelo pífio crescimento de 0,6% do Produto Interno Bruto (**PIB**) brasileiro no terceiro trimestre do ano, comparativamente ao trimestre anterior, tem suscitado um interessante debate sobre os rumos da economia do País. A discussão é salutar, pois permite contrapor escolhas e caminhos trilhados. Há, nesse sentido, uma clara dicotomia entre o curto e o longo prazos. o que pode o fuscaOrimpor- tantes mudanças e conquistas.

Primeiro, vale destacar que o governo Dilma vem promovendo importante mudança na agenda econômica nacional. A ruptura decorre de dois fatores impositivos, um, de ordem exógena; outro, endógena. A crise nos países avançados mudou fortemente a correlação de forças, e vivemos tempos de exceção na política econômica internacional, onde prevalece um quadro prolongado de juros reais negativos, guerras cambiais, intervencionismo e protecionismo, para citar os principais aspectos.

No âmbito interno, a relativa perda de eficácia de medidas clássicas anticíclicas tem provocado alterações significativas na economia. Há uma mudança importante nos macropreços relativos, especialmente juros, no menor nível real histórico, e uma mudança de rota na taxa cambial. São medidas que têm provocado uma realocação importante de posicionamento, não apenas no mercado financeiro, mas na estrutura produtiva. Nesta última, entretanto, as mudanças são mais lentas, embora se deva destacar que rumam numa rota mais sustentável em termos econômicos. Não seria possível repetir a trajetória de crescimento do consumo abastecido crescentemente com importações, como ocorreu nos últimos anos.


Neste quadro, há ainda que destacar o "oportunismo dos perdedores", como já tratei anteriormente neste espaço (O Brasil, menos atrativo para quem?, 20/10). Com a mudança de rota câmbio-juros, o País deixou de ser, felizmente, o paraíso das operações de arbitragem. O quadro é mais favorável à produção e a investimentos produtivos.

No entanto, é compreensível que os fracos resultados de curto prazo gerem frustração. São pouco consistentes, porém, as recorrentes comparações com o desempenho do nível de atividades de países vizinhos, mas que são economias infinitamente mais simplificadas e sem o peso relativo da brasileira. O crescimento é importante, mas há outros fatores a ser levados em conta. No âmbito do G-20, o grupo das maiores economias do mundo, somos um dos poucos países que têm desemprego baixo e em queda, assim como relação dívida líquida e déficit fiscal, relativamente ao **PIB**, mais baixa do que a maioria e em queda. Além disso, vivemos um salutar processo de redistribuição de renda favorável aos mais pobres. As prioridades escolhidas pela sociedade brasileira nem sempre são as mais desejáveis pelo mercado, e vice-versa.

A edição da revista inglesa The Economist desta semana traz o que pretende ser um diagnóstico do crescimento brasileiro. Incorre, porém, na armadilha comum de inferir que o futuro será a repetição do presente. Há cerca de três anos, a mesma revista pretendeu antecipar o que, na visão dela, seria uma fase de bonança para a economia brasileira, ilustrada com a imagem na capa de um Cristo Redentor "decolando". Naquela ocasião, como agora, está equivocada. Assim como o otimismo de então era descabido, o crescimento do Brasil dos próximos anos não está fadado ao insucesso. Vai depender de uma série de variáveis, entre elas o que seremos capazes de construir. Muito provavelmente, a economia não se expandirá ao ritmo de 7,5% de 2010. Mas tampouco se restringirá ao 1% previsto para 2012.

O futuro é o que virá, e não o que foi. É preciso melhorar o ambiente competitivo e acelerar investimentos públicos e privados, e há uma mudança importante de preços relativos e de agenda. Questões complexas como infraestrutura e logística estão sendo enfrentadas e nos permitirão não só consolidar as conquistas até aqui, mas também construir um caminho mais sustentável à frente.

*PROFESSOR-DOUTOR DO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM ECONOMIA POLÍTICA DA PUC-SP. É DOUTOR PELO IE/UNICAMP

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma sanciona com vetos lei da nota fiscal		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Nota trará valor de impostos, mas não será possível comparar as margens de lucro

A presidente Dilma Rousseff sancionou ontem uma lei que vai permitir ao consumidor saber o valor dos impostos embutidos em um produto ou serviço, como acontece em outros países. Alegando motivos operacionais, no entanto, ela vetou artigos impedindo que o brasileiro compare, por exemplo, a margem de lucro de cada estabelecimento. A obrigação entra em vigor no dia 10 de junho de 2013, um quarto de século depois de a Constituição de 1988 prever originalmente a medida.

De acordo com o texto da lei, o consumidor vai saber um valor aproximado de alguns dos principais tributos, como o Imposto Sobre Serviços (ISS), o Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins). Essa informação deverá constar em "documentos fiscais ou equivalentes". A lei também permite que o dado esteja em painéis visíveis na loja ou na internet.

Em sua mensagem de veto publicada ontem, a presidente afirmou que foi do **Ministério** da Fazenda a sugestão de não divulgar o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), porque "a apuração dos tributos que incidem indiretamente na formação do preço é de difícil implementação". Assim, seria melhor evitar a divulgação de valores "discrepantes". Procurado, o **Ministério** não se pronunciou.

Revolução. Na avaliação do presidente da Associação Comercial de São Paulo (ACSP), Rogério Amato, a lei será uma "revolução cultural". A pedido da entidade, o Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) vai produzir até fevereiro um software com a carga tributária dos 17 mil produtos e serviços comercializados no País. Bastará fazer o download e integrar o programa ao sistema contábil de graça, segundo Cíliberto Luiz do Amaral, coordenador de estudos da entidade. "É um marco de transparência tributária, o consumidor vai saber quanto é tributo e quanto é preço."

Mas a questão não é tão simples, na visão de Júlio Augusto de Oliveira, sócio do escritório Siqueira Campos, que vem ouvindo preocupações sobre o custo de implementar a lei

depois de investimentos em sistemas próprios de contabilidade nos últimos anos. "É **importante** esclarecer, mas com que finalidade? O governo deveria buscar redução de burocracia, e não criar mais sob o pretexto de esclarecer o que o consumidor está careca de saber."

Benefícios. Os ganhos superam as dificuldades, na avaliação do advogado José Eduardo Toledo, sócio do Neumann, Gaudêncio, McNaughton e Toledo advogados: "Os órgãos de defesa do consumidor poderão comparar melhor os preços de material escolar no início do ano e vai ser possível saber quando um benefício fiscal é efetivamente repassado, como desconto do IPI."

Para o presidente executivo da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), Paulo Solmucci Jr., os cerca de 1 milhão de estabelecimentos do setor apoiam a medida, porque ela mostraria especialmente aos mais pobres a carga tributária indireta na alimentação e outros.

"Ao comprar cigarro e ver que paga 90% de imposto, ou ver o aumento de imposto sobre bebidas autorizado este ano, o cidadão saberá quanto vai para o governo", disse Solmucci Jr..

IMPOSTO NA NOTA

Transparência

A nota fiscal de todos os produtos e serviços prestados ao consumidor precisa trazer o valor dos impostos cobrados, quando estes influenciarem o preço final

Tributo

Precisam ser informados o valor aproximado de alguns tributos federais, estaduais e municipais.

Como

O valor dos impostos deve ser informado ao consumidor "em documentos fiscais ou equivalentes", segundo a lei. Bancos e instituições financeiras poderão afixar os valores de IOF em tabelas visíveis ao público.

Quando

A lei dá seis meses para adaptação, antes do cumprimento. A partir de 10 de junho de 2013, os

estabelecimentos comerciais ficam obrigados a informar os valores dos tributos.

Punição

Em caso de descumprimento será aplicada multa.

Impostos que serão informados:

Federais

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); PIS-Pasep; Cofins; e Contribuição de Intervenção sobre Domínio Econômico (Cide)

Estadual

Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**).

Municipal

Imposto Sobre Serviços (ISS).

O que não será informado:

Imposto de Renda Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

Imposto de **Importação**, quando superar 20% do valor da **mercadoria**

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Pacote pode provocar apagão nos portos, alerta executivo		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para Richard Klein, da Multiterminais, extinção da Lei dos Portos fará com todos os artigos da MP tenham emendas

O formato final da Medida Provisória do pacote de investimentos para os portos pode levar a um "apagão" no setor, na avaliação de Richard Klein, presidente do Conselho de Administração da operadora Multiterminais. O temor do executivo está relacionado às mudanças que podem vir a ser feitas no Congresso e ao fato de a MP ter extinguido totalmente a Lei dos Portos, de 1993.

"Temo um campeonato de tiro ao alvo no Congresso. Como decidiu-se revogar a Lei dos Portos, haverá emendas em todos os artigos da MP", afirmou Klein em apresentação feita ontem em seminário da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. "Se não tiver uma mão forte para dar coordenação (à tramitação), temos o risco de ter apagão nos portos", completou o executivo.

Em sua apresentação, Klein destacou que a Lei dos Portos era um marco regulatório consolidado e refutou a ideia de que os terminais portuários são um entrave no gargalo logístico do País. Segundo ele, o setor vinha em expansão (com crescimento da corrente de **comércio** internacional) e tinha custos competitivos internacionalmente.

Além disso, dos custos de transporte de cargas que saem pelos portos, apenas 8% estão ligados aos terminais; 30% são relacionados ao transporte rodoviário até os portos.

Antaq. A presidente Dilma Rousseff editou ontem um decreto para evitar uma paralisa nos trabalhos da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), órgão responsável pela condução do pacote de modernização dos portos. O documento permite que o ministro da Secretaria dos Portos, Leônidas Cristino, indique provisoriamente servidores para ocupar cargos na direção da agência.

Com a saída de Tiago Pereira Lima do cargo de diretor-geral, o comando da Antaq passou a contar com apenas um integrante. Oficialmente, o órgão tem três diretores. Para tomar qualquer decisão é preciso pelo menos dois membros. Lima pediu demissão na sexta-feira e sua

exoneração foi oficializada ontem. Ele foi indiciado pelo **Ministério** Público Federal por participação no esquema de venda de pa- receres investigado na Operação Porto Seguro, da Polícia Federal.

O ministro Leônidas Cristino poderá indicar interinos para a diretoria da Antaq até que o governo encaminhe ao Senado os nomes que irão ocupar oficialmente as funções. Todos os indicados precisam ser sabatinados.

Segundo apurou o Estado, o novo diretor-geral da Antaq deve ser Pedro Britto, antecessor de Leônidas Cristino na Secretaria dos Portos. Britto é, atualmente, o único diretor da Antaq, e deve ser "promovido", deixando as outras duas vagas para indicação interina.

Modelo antigo. O caminho encontrado pelo **Governo Federal** para permitir que a Antaq permaneça funcionando sem depender do aval definitivo do Senado é o mesmo adotado para a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) no início do ano.

Quando o Senado rejeitou a recondução de Bernardo Figueiredo para a direção-geral da ANTT, o governo editou um parecer permitindo ao ministro dos Transportes indicar interinos para cuidar do comando da agência reguladora.

A presidente Dilma acabou indicando, mais tarde, Figueiredo para comandar a recém-criada Empresa de Planejamento e Logística (EPL).

Coincidentemente, Antaq e ANTT ganharam força nos últimos meses com os pacotes de concessões de rodovias, ferrovias e portos à iniciativa privada, anunciados por Dilma neste segundo semestre.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO Itamaraty faz mudanças em postos-chave		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Sergio Leo

O **Ministério** de Relações Exteriores decidiu o nome para substituir o secretário-geral, Ruy Nogueira, segundo homem no comando do Itamaraty, que se aposenta em fevereiro: será o atual embaixador do **Brasil** no Paraguai, Eduardo Santos, diplomata de perfil discreto, respeitado na casa, onde é um dos cinco mais antigos em atividade. Patriota definiu também uma troca de postos em cargos-chave no **Ministério**: o embaixador do **Brasil** em Berlim, Everton Vargas, é o novo embaixador do **Brasil** na Argentina, em lugar de Ênio Vieira, que será o novo subsecretário de Assuntos Econômicos e Tecnológicos do Itamaraty. Valdemar Carneiro Leão, o atual subsecretário, foi designado para comandar a embaixada da China.


Eduardo dos Santos estava no comando da embaixada brasileira no Paraguai quando houve o impeachment do presidente Fernando Lugo, que levou o **Mercosul** a suspender a participação do país no bloco. Negociador experiente, foi embaixador no Uruguai e na Suíça, e conselheiro na embaixada em Londres. A nomeação contradiz os rumores de que a presidente Dilma Rousseff havia desaprovado sua atuação na crise paraguaia, gerada com a radicalização das forças políticas locais. Santos era o candidato de Patriota para o posto, e a aceitação do nome por Dilma também é um sinal de prestígio da presidente a seu chanceler.

Santos, que começou a carreira em Moscou e atuou na embaixada do **Brasil** em Buenos Aires durante a transição da ditadura à democracia na Argentina, foi assessor internacional da Presidência da República no governo de Fernando Henrique Cardoso, a quem assessorou também nos **Ministérios**

de Relações Exteriores e da Fazenda, no governo Itamar Franco. No governo Lula, foi nomeado para a embaixada em Montevideú, onde operou discretamente para reduzir a insatisfação dos governos locais com o que consideravam assimetrias no **Mercosul**.

No Paraguai, Santos substituiu Ênio Cordeiro, um dos principais operadores do acordo entre os governos **Lula** e Lugo para pôr fim aos atritos em torno da venda de energia gerada por Itaipu, que os paraguaios queriam vender a outros países, além de elevar os preços na venda ao Brasil. A solução envolveu o aumento de uma parcela dos pagamentos ao Paraguai e o apoio financeiro do governo brasileiro à construção de uma linha de transmissão de energia entre Itaipu e a capital paraguaia, Assunção.

Valdemar Carneiro Leão foi chefe do Departamento Econômico do Itamaraty e embaixador na Colômbia e no Canadá - onde coordenou conversas que extinguiram conflitos comerciais bilaterais no setor aeronáutico. Na subsecretaria de Assuntos Econômicos, Carneiro Leão era um dos principais responsáveis por ações como as negociações do **Brasil** na Organização Mundial do **Comércio** (inclusive o esforço de discutir, na OMC, os efeitos da manipulação do câmbio sobre o **comércio** mundial).

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO MP dos portos estimula setor privado, mas abre polêmica		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O governo brasileiro aparentemente escolheu o caminho mais acidentado para pôr em dia a defasada infraestrutura do país. A tarefa não é fácil, é verdade, por causa dos anos de omissão, medidas casuísticas e dos interesses encastelados. Mas a recém-editada Medida Provisória dos Portos, a 595, tem potencial de causar tanta polêmica como a das elétricas e, pior, ameaçar os objetivos almejados.

A presidente Dilma Rousseff comparou o pacote, anunciado na semana passada, à abertura dos portos promovida por D. João VI em 1808, não mais às nações amigas, porque não é o caso, mas às forças produtivas do país e à iniciativa privada também.

O pacote pode, de fato, causar uma grande revolução nos portos brasileiros, reconhecidamente acanhados e tão caros que colocaram o país no 130º lugar entre 144 de um ranking de eficiência e qualidade do Fórum Econômico Mundial. Filas e burocracia fazem a liberação de cargas levar até cinco dias aqui, em comparação com sete horas na Alemanha. Ainda assim passarão pelos portos brasileiros cerca de 900 milhões de toneladas neste ano e 95% do **comércio** exterior do país.

O novo pacote é um avanço em relação à legislação anterior, marcada pela Lei dos Portos, a 8.630, de 1993, um grande salto no setor, contido muitos anos depois pelo presidente Lula, que, em 2008, com o Decreto 6.620, inibiu os investimentos ao exigir que os terminais privados apenas manuseassem carga própria. A MP 595 corrige esse problema ao permitir que os terminais privados atendam também a terceiros. O governo vai indicar onde esses novos terminais são necessários e permitirá que várias empresas apresentem projetos. Vencerá a concessão a empresa que apresentar a maior capacidade de movimentação pelo menor preço, e não mais o melhor preço de outorga.

As instalações licitadas fora dos portos públicos terão até 25 anos de concessão, prorrogáveis por períodos sucessivos, e não reverterão à União. Já as licitadas dentro dos portos serão concessões de 25 anos, prorrogáveis por igual período, após o que voltarão para a União.

O governo espera que o pacote atraia nada menos do que R\$ 54,2 bilhões em investimentos do setor privado. O governo vai investir mais R\$ 6,4 bilhões, em obras de acesso e dragagem, totalizando R\$ 60,6 bilhões.

Mas a parte polêmica da nova medida provisória foi a solução dada aos atuais 98 terminais públicos arrendados à iniciativa privada, cujas concessões já expiraram ou estão prestes a isso, especificamente os 55 arrendados antes da Lei dos Portos, ou seja, de 1993. Esses arrendatários contavam com a prorrogação da concessão e estavam dispostos a oferecer em troca até R\$ 10 bilhões em investimentos. O governo chegou a cogitar essa alternativa, mas prevaleceu a visão de que não há base legal para a renovação, e a decisão foi reliciar esses terminais.

Consciente da muito provável reação negativa à medida, o ministro-chefe da Secretaria dos Portos, Leônidas Cristino, nem tocou no assunto na sua apresentação. A decisão só foi divulgada após o anúncio do pacote em cerimônia no Palácio do Planalto. Os empresários sentiram-se duplamente traídos e não descartam questionar a decisão na Justiça. Especialistas dizem que os dois lados contam com argumentos **importantes** e a Justiça terá a difícil tarefa de discutir questões que deveriam ter sido esclarecidas antes.


Os outros 45 terminais também com contratos expirados ou prestes a expirar poderão ter a concessão prorrogada porque foram arrendados pela primeira vez ao setor privado depois da Lei dos Portos, desde que novos investimentos sejam realizados.

Os operadores privados de terminais públicos privatizados na década de 1990, localizados dentro dos portos organizados, também prometem questionar as regras diferenciadas para as novas instalações privadas localizadas fora. Os que operam dentro dos portos públicos pagam arrendamento ao governo, devem seguir regras mais rígidas para a contratações de mão de obra - os funcionários têm estabilidade, por exemplo - e precisam devolver as instalações à União ao término dos contratos. Esses operadores já reclamam que terão menores condições de concorrer porque seus custos são mais elevados. Os trabalhadores

portuários também prometem questionar as regras de contratação de pessoal pelos novos terminais privados.

Tudo indica que a MP 595 não vai passar tranquilamente pelo Congresso. Se o governo dedicasse mais

tempo a aparar as arestas antes de lançar seus pacotes, seria mais bem-sucedido em evitar polêmicas que atrasam os investimentos tão necessários ao país.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO PMDB dá apoio total a Dilma contra a pressão dos Estados		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Diante da insatisfação crescente dos governadores - agravada com a Medida Provisória 579, que trata da renovação das concessões do setor elétrico -, a cúpula do PMDB decidiu ontem fazer um gesto oficial para a presidente Dilma Rousseff: defender o teor da MP e sua aprovação em tempo recorde.

"O interesse é votar a MP antes do recesso e há essa possibilidade", disse o presidente interino do partido, senador Valdir Raupp (RO). O relator da MP, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que seu relatório deve ser votado nesta semana na comissão especial. "O PMDB não vai abrir mão da possibilidade de abaixar as contas de luz", afirmou.

Cúpula do PMDB defende aprovação rápida da MP 579

Por Caio Junqueira | De Brasília

A cúpula do PMDB decidiu ontem fazer um gesto oficial para a presidente Dilma Rousseff e defender não só o teor da Medida Provisória 579, que trata da renovação das concessões do setor elétrico, como também sua aprovação em tempo recorde.

Com isso, tenta neutralizar eventuais dissidências que poderiam surgir nas suas bancadas no Congresso, como do vice-líder na Câmara, Eduardo Cunha (RJ). Ele tinha ressalvas ao texto presidencial. Defendia ajustes, como prazo maior de adesão das concessionárias. Por isso, havia receio no PMDB de que sua atuação pudesse contaminar correligionários e outras bancadas e, assim, ameaçar a aprovação da MP.


Mas acabou enquadrado. "Me pediram para votar com o PMDB e eu vou acompanhar o partido na comissão especial", disse. Não garantiu, porém, a mesma posição no plenário. "Ali eu vou acompanhar o parecer do relator, mas eventuais emendas serão discutidas na hora." Algumas delas já apontam prováveis polêmicas, com a do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA), que reduz a zero o PIS/Cofins na conta de energia elétrica. Na prática, amplia a redução da conta de energia, só que com custo maior para o governo. Após a reunião, Cunha se encontrou com o vice-presidente Michel Temer para passar sua posição.

O apoio do PMDB à MP também foi demonstrado na sua disposição de aprovar a MP a toque de caixa. "O interesse é votar a MP antes do recesso e há essa possibilidade", disse o presidente interino do partido, senador Valdir Raupp (RO). O relator da MP, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), afirmou que o seu relatório deve ser votado nesta semana na comissão especial. "Vamos apresentar o parecer e votar na comissão até quarta-feira. O PMDB não vai abrir mão da possibilidade de abaixar as conta de luz. O país não pode deixar de atender essa medida, que estimula a economia", declarou.

Além de tentar conter prováveis oposições internas, o gesto do PMDB tem por objetivo se posicionar ao lado de Dilma no embate federativo com os governadores da oposição, que recrudescer com a edição da MP. Governadores do PSDB reclamam a forma como o processo de negociação foi conduzido pelo governo na elaboração do texto e também de outras medidas que acabam por indispor Estados e União. Os royalties é outro bom exemplo disso.

O PMDB, contudo, avalia que tudo não passa de antecipação do processo eleitoral. "Começou 2014. Alguns gestores começaram a falar que a culpa de seus problemas é dos outros. No apagar das luzes de 2012 já estamos em 2014 e por conta disso há essa excitação política, com a procura de justificativas", disse o assessor especial de Temer, Rodrigo Rocha Loures.

"Os governadores precisam sinalizar que estão prontos para o diálogo com os novos prefeitos e ao mesmo tempo inseridos em um contexto político maior, nacional. Porque quem não se movimenta fica passivo", completou. Por fim, disse que é **importante** verificar que boa parte das reclamações parte de quem é candidato à reeleição. "A maioria dos governadores é candidata à reeleição, então eles precisam se posicionar. Se pegar os Estados em que eles são candidatos em 2014, ficam obrigado a assumir um papel. Não tem questão federativa nenhuma. Tem 2014", concluiu.

	VEÍCULO VALOR ECONÔMICO	EDITORIA	
	TÍTULO MP dos portos estimula setor privado, mas abre polêmica		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo brasileiro aparentemente escolheu o caminho mais acidentado para pôr em dia a defasada infraestrutura do país. A tarefa não é fácil, é verdade, por causa dos anos de omissão, medidas casuísticas e dos interesses encastelados. Mas a recém-editada Medida Provisória dos Portos, a 595, tem potencial de causar tanta polêmica como a das elétricas e, pior, ameaçar os objetivos almejados.

A presidente Dilma Rousseff comparou o pacote, anunciado na semana passada, à abertura dos portos promovida por D. João VI em 1808, "não mais às nações amigas, porque não é o caso, mas às forças produtivas do país e à iniciativa privada também".

O pacote pode, de fato, causar uma grande revolução nos portos brasileiros, reconhecidamente acanhados e tão caros que colocaram o país no 130º lugar entre 144 de um ranking de eficiência e qualidade do Fórum Econômico Mundial. Filas e burocracia fazem a liberação de cargas levar até cinco dias aqui, em comparação com sete horas na Alemanha. Ainda assim passarão pelos portos brasileiros cerca de 900 milhões de toneladas neste ano e 95% do **comércio** exterior do país.

O novo pacote é um avanço em relação à legislação anterior, marcada pela Lei dos Portos, a 8.630, de 1993, um grande salto no setor, contido muitos anos depois pelo presidente Lula, que, em 2008, com o Decreto 6.620, inibiu os investimentos ao exigir que os terminais privados apenas manuseassem carga própria. A MP 595 corrige esse problema ao permitir que os terminais privados atendam também a terceiros. O governo vai indicar onde esses novos terminais são necessários e permitirá que várias empresas apresentem projetos. Vencerá a concessão a empresa que apresentar a maior capacidade de movimentação pelo menor preço, e não mais o melhor preço de outorga.

As instalações licitadas fora dos portos públicos terão até 25 anos de concessão, prorrogáveis por períodos sucessivos, e não reverterão à União. Já as licitadas dentro dos portos serão concessões de 25 anos, prorrogáveis por igual período, após o que voltarão para a União.

O governo espera que o pacote atraia nada menos do que R\$ 54,2 bilhões em investimentos do setor privado. O governo vai investir mais R\$ 6,4 bilhões, em obras de acesso e dragagem, totalizando R\$ 60,6 bilhões.

Mas a parte polêmica da nova medida provisória foi a solução dada aos atuais 98 terminais públicos arrendados à iniciativa privada, cujas concessões já expiraram ou estão prestes a isso, especificamente os 55 arrendados antes da Lei dos Portos, ou seja, de 1993. Esses arrendatários contavam com a prorrogação da concessão e estavam dispostos a oferecer em troca até R\$ 10 bilhões em investimentos. O governo chegou a cogitar essa alternativa, mas prevaleceu a visão de que não há base legal para a renovação, e a decisão foi reliciar esses terminais.

Consciente da muito provável reação negativa à medida, o ministro-chefe da Secretaria dos Portos, Leônidas Cristino, nem tocou no assunto na sua apresentação. A decisão só foi divulgada após o anúncio do pacote em cerimônia no Palácio do Planalto. Os empresários sentiram-se duplamente traídos e não descartam questionar a decisão na Justiça. Especialistas dizem que os dois lados contam com argumentos **importantes** e a Justiça terá a difícil tarefa de discutir questões que deveriam ter sido esclarecidas antes.

Os outros 45 terminais também com contratos expirados ou prestes a expirar poderão ter a concessão prorrogada porque foram arrendados pela primeira vez ao setor privado depois da Lei dos Portos, desde que novos investimentos sejam realizados.

Os operadores privados de terminais públicos privatizados na década de 1990, localizados dentro dos portos organizados, também prometem questionar as regras diferenciadas para as novas instalações privadas localizadas fora. Os que operam dentro dos portos públicos pagam arrendamento ao governo, devem seguir regras mais rígidas para a contratações de mão de obra - os funcionários têm estabilidade, por exemplo - e precisam devolver as instalações à União ao término dos contratos. Esses operadores já reclamam que terão menores condições de concorrer porque seus custos são mais elevados. Os trabalhadores

portuários também prometem questionar as regras de contratação de pessoal pelos novos terminais privados.

Tudo indica que a MP 595 não vai passar tranquilamente pelo Congresso. Se o governo dedicasse mais

tempo a aparar as arestas antes de lançar seus pacotes, seria mais bem-sucedido em evitar polêmicas que atrasam os investimentos tão necessários ao país.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Notas fiscais terão de exibir valor de impostos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Daqui a seis meses, os consumidores terão à mão o cálculo de quanto pagam de impostos na compra de bens e serviços no país. O projeto de lei aprovado no Congresso que detalha os impostos na nota foi sancionado ontem pela presidente Dilma Rousseff. Ficarão de fora o Imposto de Renda e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL). Numa TV de 42 polegadas, por exemplo, o imposto de R\$ 890,49 é maior do que o valor para produzir a mercadoria e representa mais de metade do seu custo final, de R\$1.499

Transparência na nota

Dilma sanciona projeto de lei para discriminar impostos sobre mercadorias e serviços

Vivian Oswald

Roberta Scrivano

BRASÍLIA e SÃO PAULO A presidente Dilma Rousseff sancionou o projeto de lei que obriga as empresas a darem transparência aos valores dos impostos pagos pelo contribuinte na nota fiscal. A apuração deverá ser feita em relação a cada mercadoria ou serviço, separadamente, com a discriminação de todos os tributos federais, estaduais e municipais. Pela nova lei, terão de ser explicitados nas notas fiscais o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS); Imposto sobre Serviços (ISS); Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI); Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); PIS/Pasep; Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) e o imposto que incide sobre a comercialização e importação de derivados de petróleo (Cide).

A obrigatoriedade passa a valer em seis meses. Com isso, o Ministério da Fazenda e a Receita Federal terão tempo para viabilizá-la. Fontes da equipe econômica admitem, contudo, que, até lá, terão de administrar uma "batata quente". Mesmo entre as áreas especializadas do Ministério ainda não se sabe como proceder. Há quem defenda que é necessária a publicação de um decreto presidencial para então sair uma regulamentação por parte da Receita. Mas ainda não está fechado. Os detalhes só virão após a regulamentação.

IR e CSLL ficarão de fora

Com as novas regras, o consumidor saberá, por exemplo, que, ao comprar uma TV LCD 42" FullHD por R\$ 1.499,90, paga mais pelo imposto (R\$ 890,49) do que pelo próprio produto, se fosse livre de tributação (R\$ 609,41).

Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) ficarão de fora da exigência de discriminação na nota fiscal. Este foi um dos quatro vetos de Dilma. A justificativa é que "a apuração dos tributos que incidem diretamente na formação do preço é de difícil implementação, e a sanção desses dispositivos induziria a apresentação de valores muito discrepantes daqueles efetivamente recolhidos". A decisão foi publicada ontem no Diário Oficial. Também foi vetado o artigo que previa a inclusão de parcelas de tributos sob discussão judicial.

O ministro da Fazenda, Guido Mantega, já havia manifestado preocupação pouco depois da aprovação na Câmara em novembro. Para ele, relacionar alguns tributos não seria viável. À época, questionou as dificuldades para implementar rapidamente as mudanças.

- Acabamos de implantar nota fiscal eletrônica e teremos que modificar toda ela. Para implantar o simples nacional levamos mais de ano - afirmou Mantega na ocasião.

Pelos dados da Receita, a carga tributária bruta brasileira (soma de todos os impostos pagos por pessoas e empresas na comparação com a riqueza produzida no Brasil) bateu novo recorde e fechou 2011 em 35,31% do Produto Interno Bruto (PIB). Trata-se de uma alta de quase dois pontos percentuais na comparação com o ano anterior, o segundo aumento consecutivo. O recorde anterior é de 2008: 34,5% do PIB. Juntos, os governos federal, estaduais e municipais arrecadaram R\$ 1,46 trilhão (descontando juros e multas) em impostos e contribuições.

A maior reclamação de especialistas e da própria sociedade é que o consumidor não tem ideia do verdadeiro valor dos produtos que adquire, por não saber o volume de impostos. O projeto de lei prevê ainda que os dados constem de painel afixado em local visível do estabelecimento ou nas notas fiscais. De autoria do senador Renan Calheiros (PMDB-AL), o projeto foi apresentado em 2006, aprovado pelo Senado e enviado à Câmara em 2007. Ele altera o Código

de Defesa do Consumidor (CDC) e regulamenta a Constituição na questão dos tributos.

Relator do projeto na Câmara, o deputado Guilherme Campos (PSD-SP) afirmou que o veto da presidente não prejudicará o consumidor. Isso porque a contabilização de IR e CSLL é mais difícil, pois o cálculo é feito no fim do período. Para o relator, não haverá dificuldade para viabilizar o projeto, pois as empresas só precisam informar dados já disponíveis em seus sistemas:

- E 99,99% das empresas hoje têm sistemas informatizados. Portanto, já detêm a informação. Basta explicitá-la.

Consumidor mais consciente

Segundo o diretor do Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça, Amauri Oliva, quem não cumprir a nova lei poderá sofrer sanções desde a suspensão das atividades a multas de até R\$ 6 milhões, como prevê o CDC. As multas serão aplicadas pelos Procons locais.

- A nova lei dá poder ao consumidor, uma posição de destaque, de protagonista. É uma ferramenta para que ele avalie com mais critério a compra do produto ou serviço desejado, podendo assim exigir do Estado serviços de maior qualidade - afirmou.


O Instituto Brasileiro de Planejamento Tributário (IBPT) e a Associação Comercial de São Paulo (ACSP), que lideraram a campanha pela inclusão dos impostos na nota fiscal, comemoraram ontem a sanção da medida, uma "vitória importante da população".

- A sanção é um ato de transparência. As pessoas saberão quanto estão pagando de impostos em uma compra e, a partir daí, terão consciência de que têm de exigir seus direitos - disse Gilberto Amaral, diretor do IBPT.

Nem os vetos incomodaram. Rogério Amato, presidente da ACSP, ressaltou que PIS/Cofins e ICMS têm mais peso:

- Agora temos seis meses para atualizar o software que fornecerá aos estabelecimentos as alíquotas totais dos impostos. A presidente enxergou a importância do nosso projeto.

O presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Paulo Skaf, afirmou em nota que "era uma antiga reivindicação dos setores produtivos para dar mais transparência sobre o que se paga, no preço final, quando a população compra algum produto ou contrata um serviço".

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma cumpre extensa agenda no primeiro dia oficial de visita à França		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Presidente deve se reunir e jantar com Hollande e encontrou com Lula.

Para jornais, Dilma busca parceiro para receita para saída da crise.

A presidente Dilma Rousseff inicia nesta terça-feira (11) a agenda oficial da visita de Estado que faz à França. Dilma desembarcou no aeroporto de Le Borget na madrugada desta segunda (10), mas em seu primeiro dia em solo parisiense, se concentrou em revisar os discursos e a agenda de compromissos da extensa viagem, que inclui ainda visita à Rússia, na quinta e na sexta. Aproveitou o dia livre também para um almoço com o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O dia começa com uma cerimônia de pompa, marcada para as 11h (8h, em Brasília) com desfile da cavalaria e revista às tropas no palácio Les Invalides, que guarda o museu de armas da República Francesa. Segundo o jornal "Le Figaro", Dilma será recebida com "grande alarde", com "desfile na [avenida] Champs-Élysées, já enfeitada com bandeiras do Brasil, um discurso à Assembleia Nacional, um jantar de gala no Palácio do Eliseu".

Após a cerimônia de chegada, o primeiro compromisso de Dilma será uma reunião com o presidente da Assembleia Nacional (semelhante à Câmara dos Deputados), Claude Bartolone, do Partido Socialista. Em seguida, participa do Fórum pelo Progresso Social, seminário organizado pelo Instituto Lula, onde deve se encontrar com o ex-presidente.

Dilma deve discursar no evento, que tem como foco políticas de crescimento econômico como saída para a crise. O assunto deverá ser um dos principais na conversa da presidente com o colega François Hollande, marcada para as 17h (14, em Brasília) no Palácio do Eliseu, sede do governo francês.

Em artigo publicado nesta segunda (10), um dos principais jornais da França, "Le Monde", afirmou que Dilma vai à França em busca de um parceiro na Europa aliado à ideia de que, para sair da crise econômica, são necessárias políticas públicas de ampliação dos investimentos, não uma ênfase exacerbada na austeridade monetária.

O "Monde" diz, no entanto, que o "eixo antirrigor desejado pela presidente da República ainda não deu frutos". Segundo comentaristas, diz o diário, Dilma esperava que Hollande "estivesse à frente de uma outra política econômica na Europa", em contraponto à receita imposta pela chanceler da Alemanha, Angela Merkel.

O jornal destaca ainda que "iniciativas como a criação de um Banco de Investimento Público (BPI), em outubro pelo governo francês, foram consideradas como um passo positivo em Brasília, apesar de muito limitado em termos de financiamento".

Em outro trecho, o jornal chama a atenção para um ponto de atrito, lembrando uma reunião entre Hollande e o cacique indígena Raoni, em novembro, que resultou numa nota criticando a falta de diálogo com comunidades indígenas para a construção de barragens para hidrelétricas, como Belo Monte.

Será o segundo encontro de Dilma com o Hollande, no cargo desde maio. Antes, eles haviam conversado na Rio +20, em junho. Como parceiros estratégicos, Brasil e França têm cooperação nas áreas de defesa, desenvolvimento sustentável, transportes, energia, comércio, ciência tecnologia, aeroespacial, educacional e cultural, que também devem fazer parte da conversa.

Conflitos no Oriente Médio e norte da África, também devem tomar parte do diálogo, além da reforma das instâncias de governança global, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O agenda ainda reserva espaço para uma reunião ampliada, com participação de ministros dos dois países, cerimônias de troca de condecorações e assinatura de atos, além de entrevista coletiva à imprensa. O dia termina com jantar em homenagem a Dilma, oferecido por Hollande no Eliseu.

A agenda oficial prossegue na quarta, com visitas ao presidente do Senado, Jean-Pierre Bel e ao prefeito de Paris, Bertrand Delanoë. Todos são do Partido Socialista, o mesmo de Hollande. A presidente ainda participa do Seminário Brasil-França: Desafios e Oportunidades de uma


Parceria Estratégica, promovido pelo Movimento das Empresas da França (Medef, Mouvement des Entreprises de France), principal entidade empresarial do país.

Ela embarca no meio da tarde de quarta para a Rússia, onde também deve se reunir com autoridades e empresários.

Dilma viajou na companhia dos ministros Antonio Patriota (Relações Exteriores), Celso Amorim (Defesa), Aloizio

Mercadante (Educação), Guido Mantega (Fazenda), Fernando **PIM**entel (**Desenvolvimento, Indústria e Comércio** Exterior), além do assessor especial para Assuntos Internacionais, Marco Aurélio Garcia, da presidente da Petrobras, Graça Foster, e do governador do Rio Grande do Sul, Tarso Genro.

Para ler mais notícias do G1 Política, clique em g1.globo.com/politica. Siga também o G1 Política no Twitter e por RSS.

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO CAS aprova 42 projetos que podem gerar 690 novos empregos, no AM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Segundo órgão, previsão de faturamento do PIM para 2012 de R\$ 62 bilhões.

Entre os destaques de maior produção estão televisores e motocicletas.

O Conselho **Regional** de Administração da **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)** se reuniu pela última vez em 2012 nesta segunda-feira (10). Ao todo, foram aprovados 42 projetos, 15 de implantação e 27 de ampliação.

Com investimentos de mais de R\$ 700 milhões, a geração de emprego é de 690 novos postos de trabalho, no início dos projetos, e em três anos, os empregos gerados podem chegar a 1.820. Segundo o CAS, a previsão de faturamento do Polo Industrial de **Manaus** para este ano é de R\$ 62 bilhões, 6% a mais que em 2011.

Ainda de acordo com o órgão, entre os produtos em destaque no **PIM**, com maior **produção**, estão os televisores, as motocicletas e os aparelhos celulares. A reunião do Conselho foi presidida pelo ministro interino do **Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior**, Alessandro Teixeira.

Projetos

Entre os destaques da pauta na reunião estavam a ampliação da **produção** de tablets pela Samsung Eletrônica, no valor de US\$ 269.712 milhões e 312 empregos adicionais

em **Manaus**, e a proposta de diversificação da GBR Componentes, com investimento de US\$ 5.547 milhões, para produzir também microcomputadores portáteis.

Já no segmento de Bens de Informática constavam propostas de projetos de diversificação da Pace **Brasil** para a **produção** de roteador digital, no valor de US\$ 8.258 milhões, e da Foxconn para a **produção** de pendrive, no valor de US\$ 7.496 milhões.

No polo de Duas Rodas, a Mitsuba do **Brasil** apresentou proposta de ampliação e atualização para **produção** de motor de partida para motocicletas, triciclos e quadriciclos, com investimento de US\$ 20.880 milhões. A DF da **Amazônia** mostrou o projeto de US\$ 79 mil para **produção** de rodas de liga leve para motocicletas, e a J.Toledo espera empregar 31 pessoas em um projeto de US\$ 768 mil de investimento fixo para produzir também roda de liga leve e outros componentes para o setor.

A Waypartners Eletrônica, com projetos para **produção** de transformadores elétricos, reatores para lâmpadas, fios e cabos com conectores e capacitores de plástico, planeja empregar 116 pessoas até o terceiro ano de implantação de sua planta industrial, com investimento fixo de US\$ 832 mil.

Para ler mais notícias do G1 **Amazonas**, clique em g1.globo.com/Amazonas. Siga também o G1 **Amazonas** no Twitter e por RSS.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Apesar do <u>PIB</u> fraco, investimento estrangeiro mantém ritmo forte		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na visão dos investidores, o Brasil, mesmo com menor crescimento, ainda exhibe vantagens comparativas em relação a outros países emergentes. Eles apontam o aumento do mercado interno, os projetos de infraestrutura e as riquezas naturais

Apesar do PIB, investimento estrangeiro continua em alta

Mercado interno forte, pacotes de infraestrutura e recursos naturais atraem investidores para o Brasil

Gustavo Machado

Apesar dos corriqueiros comentários de que a percepção do Brasil no cenário internacional azedou, economistas garantem que em diversas áreas o país ainda é competitivo e continuará a atrair investimentos. Na visão dos estrangeiros, o mercado interno forte — impulsionado pelo aumento da renda —, os pacotes de infraestrutura e os recursos naturais colocam o país em situação mais atraente que outras economias emergentes. Apesar de novos países entrarem no radar das multinacionais, como os latino-americanos Peru e Colômbia, eles ainda não passaram pela explosão de renda que o Brasil passou na última década. Com isso, o setor de serviços brasileiro ainda é mais pujante. “Mesmo com as mudanças de regras e alguma insegurança que os estrangeiros têm temido, o setor de serviços no Brasil ainda atrai muitas atenções”, afirma Antônio Madeira, economista da LCA. Para ele, a falta de concorrência externa e uma inflação que cresce mais do que a do país são fatores de peso para a atração de capital. A compra da Amil pela americana United Health, em outubro, confirma a confiança internacional neste setor, indica Madeira. “Foram quase R\$ 7 bilhões por 70% da companhia. Isso mostra como o setor ainda está muito forte”, destaca. Saúde, educação e transportes, diz Madeira, são os segmentos mais pujantes do

setor que representa mais de dois terços do Produto Interno Bruto brasileiro. “É o que tem dado alguma dinâmica à economia”, conclui. Luciano Rostagno, economista do WestLB, diz que as perspectivas de crescimento nos países desenvolvidos ainda são piores que a do Brasil, o que eleva seu potencial de investimentos. “Até pela demora do país em se consolidar nas áreas prioritárias, principalmente na infraestrutura, a relação entre risco e retorno é atraente.”

A percepção de Rostagno se reflete no ingresso líquido de investimentos estrangeiros diretos. Apesar da crise insistente há pelo menos dois anos, o saldo continua vigoroso. Nos últimos meses, a saída de investimentos diminuiu, indicando uma tendência contrária às críticas feitas ao país. Não há interrupção de investimentos iniciados. Apenas atrasos, como diz Celso Grisi, diretor do Instituto Fractal. “Os investimentos diretos têm desempenho positivo por causa da natureza do investimento. São projetos de longo prazo, que comprometem grandes montantes. Não é da noite para o dia que se abandona um projeto”, diz. João Medeiros, diretor da Pioneer Corretora, está mais azedo que seus colegas. Segundo ele, o governo mudou as regras do jogo à força, o que afugentou até clientes seus. “Eles foram convidados para um jantar e foram recebidos a vassouradas”, reclama. O principal fator que desestimulou os investimentos, diz ele, foi a exigência de manter capital no país por no mínimo cinco anos para não ser sobretaxado. “Isso matou os investimentos na agroindústria. Em diversas áreas não é preciso ficar ‘montado’ em real por cinco anos.” Um efeito colateral da medida é a restrição para conseguir empréstimos estrangeiros. “Eles precisam trabalhar com os juros do Brasil, o que inviabiliza qualquer negócio.” Apesar de tudo, é um otimista. “Depois das críticas, imagino que o governo irá rever algumas medidas. Precisamos voltar ao centro global”, afirma Medeiros.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Senado debate hoje veto à lei dos royalties		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Estados não produtores pedem regime de urgência na discussão, para derrubar a decisão da presidente. Mas José Sarney promete adiar a votação

Senadores pedem urgência na análise de vetos ao projeto de lei dos royalties

Pedido deve ser apresentado hoje no Congresso por representantes de estados não produtores de petróleo


Os senadores e deputados que representam estados não produtores de petróleo devem apresentar hoje, em sessão do Congresso Nacional, requerimento de urgência para que seja analisado o veto da presidenta Dilma Rousseff sobre a redistribuição dos royalties do petróleo. O presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), disse que marcará ainda hoje uma nova sessão para analisar a reivindicação das bancadas, assim que o pedido for apresentado formalmente. “Amanhã (hoje) deve ter uma sessão do Congresso, e os parlamentares disseram que vão apresentar o pedido de urgência (para a votação do veto)”, disse o senador ontem, ao chegar ao plenário para uma sessão comemorativa dos 200 anos da imigração de chineses para o Brasil. Sarney descartou, no entanto, a votação do veto na sessão de hoje. Na semana passada, deputados e senadores de estados não produtores se reuniram com Sarney para reivindicar a análise do veto presidencial à redistribuição dos royalties de petróleo nas camadas pós e pré-sal ainda em 2012.

Eles conseguiram o número de assinaturas necessário para reivindicar a votação em caráter de urgência do veto presidencial que previa inserir na redistribuição os recursos

oriundos de contratos já licitados. Na ocasião, o senador Wellington Dias (PT-PI), autor do projeto aprovado no Senado e na Câmara, disse que nas duas Casas há mais que as 257 assinaturas de deputados e 41 senadores para que o veto tramite em caráter de urgência. A agenda da sessão do Congresso marcada para o meio-dia prevê a votação de uma série de projetos de lei de abertura de crédito extraordinário no Orçamento de 2012. O desafio dos deputados e senadores dos estados que não produzem petróleo é fazer com que esses parlamentares compareçam à sessão para analisar os vetos. Caso contrário, qualquer pedido de vista de quorum pode inviabilizar a votação do requerimento.

Governadores

Para o governador do Ceará, Cid Gomes, não é verdade que há problemas para fazer a distribuição dos royalties da forma que foi aprovada pelo Congresso, beneficiando estados não produtores, “pois o pagamento será feito pelas empresas exploradoras à ANP e, portanto, ao **Governo Federal**”. Ele disse ainda que os estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo “nada perderão com a distribuição dos royalties também aos estados não produtores, pois isso só acontecerá com as descobertas futuras de petróleo” e assim, na verdade, eles também ganharão mais dinheiro.

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO Após consenso, estados e Fazenda discutem <u>ICMS</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Secretários definem últimos pontos da proposta que pode colocar um fim à guerra fiscal

Gustavo Machado

A pedido do presidente da Co-missão de Assuntos Econômicos do Senado Federal, Delcídio do Amaral (PT-MS), a reformulação do sistema de cobrança do Imposto sobre Circulação de **Mercadorias** e Serviços (**ICMS**) voltará a ser tema de discussão hoje. Nelson Henrique Barbosa Filho, presidente do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) e secretário-executivo do **Ministério** da Fazenda, recebe os secretários estaduais de Fazenda Jáder Rieffe Julianelli Afonso (Mato Grosso do Sul), Luiz Carlos Haully (Paraná), Re-nato Augusto Zagallo Villela dos Santos (Rio de Janeiro), Paulo Henrique Saraiva Câmara (Pernambuco), José Barroso Tostes Neto (Pará) e Maurício César Duque (Espírito Santo). Na reunião realizada pelo Confaz na última sexta-feira, um consenso entre os secretários havia sido “conquistado”, como disse o secretário Haully. Também com a presença de Barbosa, os estados teriam aceito os termos propostos pelo **Governo Federal**. Antes, as unidades pediam 12 anos como período de transição para as novas regras de cobrança. Agora, diz Haully, apenas alguns detalhes separam estados e **Governo Federal** na contenda. Esta é uma das batalhas consideradas estratégicas pela equipe econômica do governo.

Em audiência anterior da CAE, em 4 de dezembro, o ministro da Fazenda, Guido Mantega, defendeu a proposta do governo de reforma no **ICMS** por considerar que, no sistema atual, esse tributo causa conflitos entre os estados e gera entraves ao **desenvolvimento** do país. Para Mantega, uma alíquota unificada acabaria com a atual insegurança jurídica em relação ao **ICMS**. Pela proposta do governo, a alíquota interestadual do **ICMS** seria unificada e reduzida de forma gradual para 4% em até oito anos. Além disso, uma medida provisória criaria um fundo para compensar os estados por eventuais perdas de arrecadação e outro para o **desenvolvimento regional** de estados mais pobres. De modo geral, o período de transição, como tem sido chamado, deve aliviar os estados que reduzem alíquotas de **ICMS** para atrair investimentos. O Banco Nacional de **Desenvolvimento** Econômico e Social (**BNDES**) e a União disponibilizariam os recursos. Atualmente, existem duas alíquotas interestaduais de **ICMS**, uma de 7%, que serve aos estados mais ricos, e outra de 12%, utilizada pelos mais pobres. A previsão é de redução da alíquota para 4% a cada ano. Chamados de guerra fiscal, os incentivos tributários por meio do **ICMS** dados por estados a empresas que se instalam na região tiram até R\$ 30 bilhões do país, segundo a consultoria LCA. ■ Com agências